



Delta Informa



Informativo do Sindicato dos Delegados de Polícia e da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal

De 18 a 24 de março de 2016 - Edição nº 038



ABRAÇO DE APOIO A LAVA JATO ORGANIZADO PELA PF 18/03 DE 2016

NOTA DE REPÚDIO

A Associação e o Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal - ADEPOL&SINDEPO, vêm a público reforçar o sentimento expresso em nota emitida pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF, externando indignação e repulsa ao conteúdo dos trechos revelados pela imprensa da conversa entre o ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que cita o então Subprocurador-Geral da República, Eugênio de Aragão, nesta data nomeado para o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

Nos expressos termos da referida nota, os trechos do diálogo parecem demonstrar a intenção de que o nomeado venha a interferir nas ações da Polícia Federal, fato que, caso efetivamente se configure, constitui ingerência repulsiva nas atribuições da polícia

federal, podendo desnaturar e até influir na isenta e mais importante investigação em curso no país.

Esse quadro enfatiza a necessidade premente de se atribuir autonomia às Polícias Judiciárias, visando distanciar a atividade investigativa dos riscos das junções de qualquer natureza. O controle da atividade de polícia judiciária, no estado democrático de direito, deve estar vinculado ao controle da sociedade. Esta mesma sociedade que pugna por aperfeiçoamentos no sistema de segurança, que apoia o combate sistêmico e incessante à corrupção, que não mais tolera subterfúgios subliminares como escudo à responsabilização decorrente de ações delituosas.

O modelo hoje existente é vulnerável, e os graves fatos recentes evidenciam, havendo possibilida-

de de ingerência de um poder ou de uma instituição sobre a polícia judiciária, gerando instabilidade e relação conflituosa, que afetam a própria legitimação da autoridade policial. A investigação criminal é instrumento fundamental de garantia do cidadão, sendo necessário que seja independente dos demais poderes políticos e que possua ferramentas legais e meios materiais que proporcionem uma investigação imparcial das autoridades e detentores do poder que se conduziram de modo ilegal.

Como já propalado, a investigação criminal produzida pela Polícia Judiciária tem a função de elucidação de delitos e deve atingir todos os infratores, independente de posição social, política ou de poder econômico. De outra sorte, também se coloca como filtro processual contra acusações

infundadas, pois se revela como garantia constitucional do cidadão em face da intervenção do Estado na sua esfera privada. Por essa razão, não é admissível que possa haver espaço para a utilização da Polícia Judiciária como uma arma de governo contra os seus inimigos ou de instrumento de proteção dos seus amigos.

Nesta mesma esteira, a sociedade, agora mais do que nunca, também não mais transige com o foro privilegiado, que traduz uma regalia para a minoria. Especificamente para aqueles cuja conduta é de proteção do bem público, os quais, pela responsabilidade que lhes é confiada, não podem receber tratamento benéfico quando violam seu mister. Portanto, não há razões para a manutenção do foro privilegiado, pois tão só gera sensação de impunidade, desconfiança no sistema de justiça



ABRAÇO DE APOIO A LAVA JATO ORGANIZADO PELA PF 18/03 DE 2016

criminal e distanciamento do tratamento isonômico que constitui princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

Por fim destacamos que a Polícia Judiciária, que sempre e sempre deve ser de Estado, não pode ser subserviente a governos, governantes ou grupos políticos. A sua razão de existência é servir ao interesse público, livre de amarras e interferências que possam macular sua finalidade.

As diretorias das Entidades Integradas e da ADPF reuniram-se, na última terça-feira, com o fito de traçar estratégias políticas para 2016. Na primeira reunião do ano, foram discutidas e apresentadas diversas questões que afetam os integrantes de ambas as categorias.

Em tempo...

Até o momento, as questões salariais continuam em negociação na esfera federal.

PEC DE BESSA QUER O FIM DO FORO PRIVILEGIADO

O deputado federal Laerte Bessa (PR/DF) quer votar imediatamente na Câmara a PEC 23/2015 de sua autoria, que acaba com o foro de prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado. Com a proposta, políticos passam a ser julgados por juízes da 1ª instância, seja por juízes estaduais ou federais.

Bessa protocolou, nesta quarta-feira (16), ofício na Câmara para que a PEC seja enviada diretamente ao Plenário, sem necessidade do trâmite nas comissões pendentes.

A proposta visa evitar manobras como a da presidente Dilma Rousseff que nomeou ontem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro da Casa Civil com o objetivo de



conceder o foro privilegiado a Lula, investigado pela Lava-Jato. Como ministro, ele passa a ter direito ao foro no Supremo Tribunal Federal (STF) – Corte em que são investigados e julgados ministros de Estado, deputados federais e senadores.

O deputado do DF considerou um escárnio a nomeação do ex-presidente Lula, investigado pela Operação Lava Jato, pelos

crimes de ocultação de bens e lavagem de dinheiro.

“Ao invés de exonerar o ministro Aloisio Mercadante, envolvido nos escândalos na Lava-Jato, ela nomeia Lula para a Casa Civil. Temos que reagir a esse ato aqui na Câmara. O Brasil não merece isso”, diz Bessa.

Leia: <http://goo.gl/7VRxcq>

REUNIÃO AMAGIS



Na última semana, nos reunimos com o Desembargador Sebastião Coelho, Presidente da Amagis/DF.

Fomos extremamente bem recebidos. Conversamos sobre pautas legislativas convergentes, quando lhe apresentamos as questões das medidas prote-

tivas, diversas da prisão, poderão ser conferidas pelo delegado e submetidas em seguida ao crivo do juiz (objeto do PL 6433/13).

Também levamos a sugestão de o delegado poder deixar de recolher a fiança do preso hipossuficiente, mediante termo nos

autos do flagrante.

O Desembargador se mostrou sensível a essas questões e disse que daria encaminhamento perante seus pares.

Além disso, propusemos a realização de eventos conjuntos com a magistratura.

WORKSHOP

PRÁTICAS INOVADORAS NA CONDUÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

17 e 18
MAIO 2016

****Inscrições limitadas**

Local: Auditório do DPE

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

www.adepolsindep.org.br

imprensa@adepolsindep.org.br

Realização:



As Entidades Integradas – Adepol & Sindepo – em parceria com a Polícia Civil do DF estão organizando o Workshop “Práticas inovadoras na condução do inquérito policial”. O evento, marcado para o mês de maio, será apresentado por Delegados de Polícia do DF. Serão detalhados casos concretos de destaque, bem como as técnicas utilizadas para o sucesso da investigação. A partir da próxima semana as inscrições serão abertas.

TRATATIVAS NA DGPC

Nesta semana, as Entidades Integradas enviaram ofícios de grande relevância para a categoria ao Diretor-Geral, Eric Seba. Um dos pleitos aborda a antecipação dos atos de progressão funcional dos delegados de polícia que preencheram os requisitos exigidos pelo Decreto nº 7.652/11, levando em conta o tempo efetivo de exercício. O impacto financeiro estimado é irrisório na folha de pagamento – pois somente antecipa poucos meses a progressão funcional desses servidores. O adicional noturno dos delegados de polícia do DF também foi apresentado como prioridade à direção-geral, pois os servidores



da instituição tiveram alijada a garantia social à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno. Neste cenário, é necessária a imediata correção dessa distorção jurídica. O deputado Wellington Luiz também enviou ofício à direção-geral para tratar da restituição

da arma acautelada e do prazo para autorização para o porte de arma de fogo quando o servidor ingressa com o pedido de aposentadoria.

NA MÍDIA

NOTA DE REPÚDIO NO JORNAL DE BRASÍLIA

Jornal de Brasília

Leia mais: <http://goo.gl/ecKd1k>

pontodoservidor



Millena Lopes
pontodoservidor@jornalbrasil.com.br

Dez mil vagas para aperfeiçoamento

O Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Eape), da Secretaria de Educação do DF, abre cerca de 10 mil vagas para aperfeiçoamento no primeiro semestre deste ano. Ao todo, são 89 cursos de capacitação nas áreas de gestão escolar, linguagem de sinais, desenvolvimento de aprendizagem, novas tecnologias e educação ambiental, financeira e patrimonial. As vagas são destinadas aos profissionais de educação da carreira magistério e para servidores da carreira assistência educacional.



Valorização

De acordo com o chefe do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, Luiz Fernando de Lima, os cursos têm como objetivo promover o fortalecimento e valorização da educação por meio da formação continuada dos profissionais. "A importância é dar um novo significado ao trabalho dos servidores em função da qualidade da educação", explicou.

Inscrições

As inscrições podem ser feitas pelo site www.eape.se.df.gov.br até domingo. As aulas estão previstas para iniciar a partir do dia 4 de abril.

Reconhecimento

Estagiários da Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal recebem, hoje, no Fórum de Brasília, prêmio como forma de reconhecimento pelo trabalho no "Programa Concliar é uma Atitude". Trata-se de jovens "em conflito com a Lei", que fazem parte da Rede Anjos da Manhã da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do DF.

Estabilidade de vista

Já está instalada na Câmara dos Deputados uma comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição 518/10, que concede estabilidade ao servidor público não concursado em exercício na data de início da vigência do Regime Jurídico dos Servidores da União. Atualmente, esses servidores, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), são tratados da mesma maneira que empregados da iniciativa privada. Têm carteira de trabalho e direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No entanto, diferentemente dos trabalhadores em regime estatutário, eles não têm estabilidade de carreira.

Repúdio

Em nota, a Associação e o Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal expressou "indignação e repulsa" ao conteúdo dos trechos de conversas do ex-presidente Lula interceptadas pela Polícia Federal. "Os trechos do diálogo parecem demonstrar a intenção de que o nomeado venha a interferir nas ações da Polícia Federal, fato que, caso efetivamente se configure, constitui ingerência repulsiva nas atribuições da Polícia Federal, podendo denaturar e até influir na isenta e mais importante investigação em curso no País".

tá falado

"Vamos resgatar a importância dos servidores que eram celetistas e, na mudança de regime, foram colocados para escanteio. E esta Casa, como sempre, tem tido um respeito muito grande com o trabalhador, com o funcionário público e com as injustiças que acontecem na sociedade."



Chico Lopes (PCdoB-CE), deputado federal, sobre a Proposta de Emenda à Constituição 518/10

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

INFRAERO
INFRAESTRUTURAS

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 037/LABR/SEDE/2016

Obj: cartões e banners, pelo SRP. Edital: www.infraero.gov.br. Abertura: 31/3/2016, às 9h. Inf: licitabr@infraero.gov.br, fone: (61) 3312-3066/3748

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

BANCO DO BRASIL

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 2016/0321 (8869) BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. - BRASILIA (DF). OBJETO: Aquisição de solução integrada de gestão empresarial, publicada no D.O.U. de 18.02.2016; Seção 3, página 66 e 67; prorrogação publicação no D.O.U. de 26.02.2016; Seção 3, página 70. O edital foi alterado e a errata encontra-se à disposição dos interessados no internet, no endereço www.licitacoes.com.br. Em virtude da alteração, a realização do certame será no dia 06.04.2016.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

BANCO DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 2016/00222 (7421) Centro de Suprimentos - Licitações - São Paulo - SP, realizado por meio da Internet. OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de instalação de equipamentos, remanejamento, renovação e instalação de cabos, câmeras, gravação e demais acessórios do sistema de ar condicionado do Ed. BB em Brasília DF. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: no endereço <http://licitacoes.com.br>, até 04.04.2016 às 10:30. OBTENÇÃO DO EDITAL: no endereço eletrônico acima. Informações: (011) 3491-1782, das 9h às 13h.

FALE INGLÊS!

As Entidades Integradas apresentam aos associados o curso de inglês da escola de idiomas ID – Inglês Definitivo. O método de ensino da Inglês Definitivo é focado na conversação através do livro American English File. O diferencial deste curso está em sua metodologia: repetições pausadas enfatizando a pronúncia correta das palavras e exercícios voltados para a conversação.

O curso é dividido nos seguintes níveis:

- **Iniciante** - duração de 6 meses
- **Elementar** - duração de 10 meses
- **Pré-intermediário** - duração de 10 meses
- **Intermediário** - duração de 10 meses
- **Pós-intermediário** - duração de 10 meses



- **Avançado** - duração de 10 meses

Há duas opções de turmas:

- turmas com 2 aulas por semana de 1h 15 minutos.
- turmas com 1 aula por semana de 2 horas 30 minutos e intervalo de 10 minutos.

O valor do investimento mensal é de R\$ 200,00. O curso iniciante tem duração de 6 meses. Ao final de cada nível será emitido um certificado de acordo com o conteúdo que foi estudado. Será emitida

nota fiscal no ato do pagamento. Não há taxa de matrícula e o material pode ser adquirido nas livrarias conveniadas ou em formato digital sem custo adicional.

Alguns associados já demonstraram interesse no curso, portanto as Entidades Integradas desejam fechar uma turma nas segundas e quintas às 19h30. Para mais informações: [8247-0504](tel:8247-0504) ou secretaria@sindepodf.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Presidente da ADEPOL: Dr. José Werick de Carvalho

Presidente do SINDEPO: Dr. Benito Augusto Galiani Tiezzi

Diretor de comunicação: Ronney Matsui

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

Jornalista responsável: Taynara Melo

Diagramação: Rakell Simon

Facebook: <https://www.facebook.com/AdepoleSindepodf>

Facebook: <https://www.facebook.com/QueroSerDelegadoOFICIAL>

Twitter: @AdepolSindepodf

E-mail: imprensa@adepolsindepodf.org.br

ADEPOL-DF (61) 3233-0068

SINDEPO-DF (61) 3234-0575